
Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia (COICA) (+ breve info COICA)

Aline Contti Castro¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.70297]

Recebido em: 24/05/2024

Aprovado em: 22/06/2024

Fany Kuiru Castro é descendente de autoridades tradicionais do povo Uitoto e cresceu em La Chorrera, no meio da Amazônia colombiana. Está envolvida com o movimento dos povos indígenas na Colômbia desde a juventude. Como líder comunitária, ela lutou para aumentar a conscientização sobre as violações de direitos humanos relacionadas à exploração desumana da borracha que afetaram o povo Uitoto e as comunidades vizinhas, além de ter ajudado sua comunidade de Putumayo a obter reconhecimento como uma reserva indígena. Sua trajetória também inclui ter estudado direito e trabalhado como servidora pública.

1) Pra começar, poderia falar um pouco sobre a história da COICA [Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia] e de como se conformou essa organização?

F: Foi há 32 anos que se criou a COICA. A luta indígena no início não tinha nenhum apoio do Estado, nem de aliados. Hoje, temos aliados que nos apoiam, digamos, com recursos financeiros para nossas lutas. Mas quando se criou a COICA, foi por iniciativa de alguns líderes que estavam muito interessados em ter presença no espaço internacional, porque sempre se falava da Amazônia, mas não havia presença de nenhum

¹ Universidade Federal da Paraíba – E-mail: alinecufpb@gmail.com

Castro. Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)

indígena amazônico. Então Evaristo Nugkuag Ikanan (que hoje está doente) e um grupo de líderes decidiram criar a COICA. Se criou no Peru inicialmente. A organização passou por debilidades organizacionais, mas de alguns anos para cá há muita força dos líderes da COICA para poder levar a voz aos temas que nos interessam, como a Amazônia e sobretudo ultimamente, o tema das mudanças climáticas. Sempre denunciemos o extrativismo na Amazônia, e isso tem implicado na perseguição dos nossos líderes. Há criminalização dos nossos líderes quando denunciemos os fatos graves que afetam o território, a acumulação de terra, a fronteira agrícola que se expande, o monocultivo, os hidrocarbonetos, a mineração ilegal, uma série de afetações graves que está vivendo a Amazônia. E uma das coisas mais graves eu diria que é o financiamento dessas atividades, o que estão fazendo alguns bancos. Como dialogar com eles? Nós sabemos que, para eles, uma boa vida na cidade, o bom viver na cidade, é contar com todos os serviços. Isso é do ser humano querer estar melhor a cada dia, mas isso não pode ser à custa da morte dos demais. Ou seja, não pode haver um bom viver para um grupo e um mal viver ou morte para outros grupos. Aqui temos que olhar como equilibrar isso porque não podem matar a floresta amazônica, não podem contaminar e envenenar os povos indígenas porque um grupo na cidade quer viver bem.

2) Como se construiu a relação da COICA com a COIAB [Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira], com as organizações indígenas brasileiras?

F: Quando se criou a COICA, obviamente se conformou na bacia amazônica, então se somaram algumas organizações que já estavam estruturadas em cada um dos países. A COIAB se somou desde o início. Mas hoje essas afiliações, essas representações nos países, estão ficando pequenas. Hoje necessitamos reorganizar e reestruturar a COICA e essa é a minha tarefa, para que a COICA seja mais inclusiva, mais representativa e que atue na transparência também, porque às vezes há muitas falhas no interior da organização.

3) Então a COICA se constituiu com apoios também internacionais. Pode falar um pouco como é a visão da COICA sobre a cooperação internacional, como vocês estão pensando, se a cooperação pode ajudar ou não a organização?

Castro. *Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)*

F: Claro. A COICA depende muito da cooperação internacional, não tem autonomia financeira, isso é preocupante. É preocupante porque se não há apoio externo não se pode mover. Temos que fazer um esforço para que seja autônoma economicamente, mas por hora dependemos dos cooperantes, ambientalistas sobretudo, estávamos com os fundos do Jeff Bezos [fundador da Amazon]. Mas isso no momento está em standby porque a COICA entrou em uma crise desde setembro do ano passado, quando íamos ter eleição do Conselho diretivo. Dois homens disputavam o cargo de coordenação geral, e as organizações que faziam parte da instituição se dividiram em dois blocos. Então nós mulheres entramos solicitando que nos dessem a oportunidade de voltar a unir a instituição, e essa é minha tarefa. Tenho que trabalhar a unidade, venho trabalhando na reestruturação da instituição para que não sofra no futuro com as divisões que tem sofrido a cada quatro anos, como a crise que vivemos agora.

4) Você foi eleita [Presidenta da COICA]. Pode contar como foi essa crise?

F: Quando surgiu a crise, foi no contexto da divisão dos dois blocos. A COIAB, Brasil, Equador, Suriname, as duas Guianas, não as bases, mas seus dirigentes, se retiraram porque seus candidatos não iam ganhar. Foi terrível e nesse jogo não se pode ficar. O Brasil entrou nesse jogo lamentavelmente, e aí estamos. Hoje estamos divididos em dois blocos. E nós mulheres dizemos: vocês homens dividiram a instituição, e nós mulheres vamos uni-la. Mas essa unificação não é tão fácil porque tem que ser um trabalho de base, e isso tem um custo muito grande. Mas estamos alinhados que nos vão apoiar a fazer esses trabalhos no território. Como é importante que a COICA seja uma organização forte que represente a bacia amazônica porque hoje ela está em uma situação muito débil. E esse é meu trabalho, fazer uma jornada territorial na bacia amazônica, recorrer os diferentes espaços para reorganizar a COICA, logo ir a um congresso da unidade, onde todos apoiemos a nova instituição reestruturada ou reorganizada. Queremos uma instituição de verdade, representativa, não que a cada quatro anos os homens disputem os cargos e ponham em crise a nossa organização, isso não pode ser. Então estou falando com as equipes técnicas, com os cooperantes, porque essa foi uma situação muito ruim que se viveu. Um grupo que se abriu ficou com os fundos da instituição, eu me movi com os meus próprios recursos. Não tive apoio da cooperação [internacional] porque esta apoiou um lado quando se deu a crise, não nos apoiou. Nesse

Castro. Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)

momento, só temos o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Conservação Internacional, que são nossos aliados firmes que tem estado aí porque já tínhamos alguns compromissos anteriores. Com eles vamos olhar de que maneira vamos reorganizar essa instituição porque a COICA não pode estar dividida em uma conjuntura tão grave para Amazônia. Quando se fala de ponto de não retorno, quando damos um salto no vazio na Amazônia, a instituição não pode ser um ator débil, um ator sem capacidade de ação. Essa é a minha preocupação e vou com tudo para arrumar isso. De fato, estava pensando em recorrer a fundos internacionais a partir de uma plataforma para fazer esse trabalho, não ia esperar a doação dos cooperantes.

5) E como pensa em estruturar um modelo de desenvolvimento que atenda os interesses dos indígenas amazônicos?

F: Bom, o que parece é que nesse momento há um diálogo muito grande sobre a bioeconomia amazônica. Viemos dialogando com o BID e com a Conservação Internacional sobre esse tema, mas nós temos dito: o que é a economia para a Amazônia? Nós, povos indígenas, temos dito que temos manejado uma economia para a Amazônia baseada na reciprocidade, na coletividade, na solidariedade, no bem viver. Com base nesses princípios, temos trabalhado na Amazônia para não destruí-la. Agora, como pode caber, em uma bioeconomia para a Amazônia, o extrativismo? Esse é um diálogo grande que tem que ser feito. [No caso da Colômbia] o presidente Petro falou de moratória, ele disse: não mais exploração de hidrocarbonetos na Amazônia. Mas não sabemos como é a posição do Brasil. Esse ponto de não retorno, é uma situação grave que se vive no território, nós estamos perdendo biodiversidade em grande escala, rápido. Estamos perdendo a capacidade da soberania e da autonomia alimentar na Amazônia, há uma afetação grave na biodiversidade e nos recursos naturais. Os grandes bancos, os grandes financiadores dos gases de efeito estufa devem parar, devem rever em que vão aportar. Creio que esse é o momento de pensar e repensar e unir conhecimentos científicos e conhecimentos indígenas para tirar a Amazônia do ponto em que está. Se não fizermos esse diálogo de saberes, vai ser outra vez um discurso e intenções falidas, e vamos chegar à savanização da Amazônia.

6) Mas vocês estão pensando em termos de geração de renda com os fundos internacionais ou não necessariamente [o modelo de desenvolvimento indígena para

a região] passa por algum tipo de produção? Como vocês pensam a relação com a economia?

F: Sim, claro, a Amazônia tem que viver, tem que viver com seus próprios recursos, mas como fazer para não degradar? Como fazer para não acabar com os recursos naturais? Esse é o diálogo que precisamos ter.

A: Na Colômbia, há projetos muito interessantes de parques públicos nacionais...

F: Mas isso não é garantia nesse momento. Os únicos territórios conservados são os indígenas. Hoje, as áreas protegidas nos parques nacionais, que foram também demarcados para proteger a Amazônia, têm sido territórios de atores ilegais, o narcotráfico, a mineração ilegal, as madeireiras.

A: Mas o governo colombiano, o anterior, falava muito bem dos parques nacionais como uma experiência de sucesso.

F: Sim, mas quando não se é dono do território dificilmente se pode cuidar, porque o território indígena se cuida desde a espiritualidade, enquanto um parque nacional se cuida a partir das leis do Estado. Por isso eu não vejo garantia nos parques nacionais [colombianos] como proteção da Amazônia. Você tem que fazer os parques, eles têm defendido um regime compartilhado, uma administração compartilhada com os povos indígenas, mas não tem ocorrido exatamente assim, [além de gerar um conflito com as comunidades que vivem ao redor dos parques].

7) Como vocês estão se preparando para as conferências internacionais, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da COP, que mensagem você quer levar da COICA para essas conferências?

F: Estamos nessa discussão. A ideia é nos prepararmos antes e irmos com propostas sólidas e claras. Eu sei que vai ter muita presença dos povos indígenas, acampamentos, vai ter muita gente do Brasil. Minha preocupação é a seguinte, quando há concentrações máximas, é para reclamar, é para propor, é para dizer tantas coisas, que vai ser difícil recorrer e dizer aos governos. Então temos que ter muito cuidado com isso, de fazer grandes espaços, muitas discussões, quando nós sabemos o que está passando na

Amazônia. Temos que pensar em como ser estratégicos e buscar os pontos chaves que podemos incluir na declaração final da conferência. Temos que ser muito estratégicos. Eu pessoalmente estou preocupada que haja muitos espaços paralelos, que vamos chegar com uma lista de mercado do que as pessoas querem e na hora da decisão nem sequer vão levar em conta [os temas] na declaração final. Falei com a minha equipe, vamos ter que preparar as pessoas que vão representar a COICA nesses espaços. Nós vamos com a proposta que fizemos em Letícia, muito mais trabalhada, muito mais estruturada, dos 80 por 25 que é a nossa proposta de proteger a Amazônia, proteger 80% da Amazônia até 2025.

8) E acha que o novo Presidente da Colômbia, Petro, está atento a essas demandas?

F: Sim, isso sim, há uma abertura do governo colombiano de escutar nossa proposta de 80 por 25. Nos reunimos com alguns funcionários na Colômbia para apresentar essa proposta e como se poderia cumprir, então aí vamos. Mas sim me preocupa o que vamos fazer, [como será o diálogo] com os povos indígenas amazônicos no Brasil.

9) E a relação com a ministra Sônia Guajajara? Agora o Brasil tem um Ministério dos Povos Indígenas, uma coisa muito distinta [em nossa história]. Há muitas diferenças entre os povos indígenas brasileiros, mas a agenda da Ministra pode ser um fator de mobilização. Acha que a COICA pode ter uma boa relação com a nova Ministra?

F: A COICA, como ator internacional, deve ter boas relações com todos os organismos, ministérios, especialmente indígenas. Mas temos que fazer esforços, temos que nos projetar coletivamente como amazônicos mais além das fronteiras, trabalhando nossos objetivos comuns. E a Sônia, eu conheço há muito tempo, fizemos parte da conferência de mulheres originárias que organizamos na Colômbia. Mas em sua qualidade de servidora pública é diferente. Eu já fui servidora pública e você não pode se expressar livremente. E era difícil porque eu não me calava, aí me diziam que eu parecia uma ONG, não parecia governo (risos). Mas você não deixa de ser o que é quando está nesses espaços, então aspiramos que a Sônia seja a voz dos povos indígenas, tanto do Brasil como de todos os povos amazônicos, pois ela é hoje a Ministra mais visível que

temos em toda a América Latina e na bacia amazônica, ela é uma figura [importante] para nós.

10) Finalmente, aqui no Brasil há um movimento importante das mulheres indígenas que estão se organizando [a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, ANMIGA]. Gostaria de saber como as mulheres indígenas estão se organizando na COICA, se há um movimento de mulheres indígenas?

F: Nós criamos a rede de mulheres indígenas da bacia amazônica, defensoras da Amazônia. Mas todos tem que se mover. Se você não trabalha, as coisas ficam aí. Quando se estabilizar a COICA, vou tomar as rédeas desse tema e vamos mobilizar as mulheres. Há muitas coisas, há muita criminalização, há muito feminicídio na Amazônia, isso está invisível, quero visibilizar isso. A mulher desempenha um papel importante no cuidado território, ela refloresta, ela restaura a terra, ela recorre o território pra ver como está a biodiversidade, somos pescadoras, somos o território amazônico. Precisamos proteger as mulheres, a mulher é vida, a mulher é que dá alimento à comunidade. É um papel fundamental, e nossas mulheres estão sendo massacradas, as estão assassinando, as estão criminalizando. Os atores armados as perseguem, as jovens são usadas como mulas para carregar cocaína. Então qual o futuro das nossas mulheres? É preocupante. Eu às vezes me sinto muito só porque eu tenho muita vontade, sempre estou ativa, mas muitos não tem essa mesma vontade. Digo que a Amazônia é minha casa, e eu a vou defender, nossa grade maloca ancestral.

[...]

11) Pode falar um pouco sobre as suas origens, qual é seu território?

F: Meu território fica em La Chorrera, na Colômbia, é um dos maiores resguardos de território coletivo indígena. Desde muito jovem, eu trabalhei sempre na luta. Eu tinha 22 anos quando começamos a luta de recuperar a propriedade coletiva do nosso território, das mãos do Estado e de quem havia comprado [a terra] do Estado colombiano. Fizemos a luta e recuperamos o território. É o maior território coletivo indígena do mundo. Por exemplo, a Amazônia equatoriana tem 12 milhões de hectares, ou seja, quase a metade da Amazônia equatoriana é o meu território ancestral. Minha luta há sido desde muito pequena. Lutei com minha família e as autoridades do nosso território, mas eu era a única

Castro. Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)

mulher jovem, indígena, em todo esse processo. Tenho uma foto com o Presidente [colombiano, Virgílio Barco Vargas] em 1988, no dia em que eles foram entregar aos 10 povos indígenas essa propriedade coletiva como território legalmente constituído para os povos indígenas. Isso não é gratuito, isso tem a sua história. Nesse território se explorou a borracha (caucho) no início do século passado, quando exterminaram povos inteiros. A mão-de-obra utilizada foi indígena, escravizada, destruída, exterminada. Então meu povo que, por exemplo, era [composto de] mais de 10.000 pessoas, em quase 30 anos de escravidão, de tratos cruéis e inumanos, após ainda o conflito com os peruanos, quando se liberou o meu território (porque quando se acabou essa fase da borracha, a Colômbia recuperou essa parte), só restaram 64 pessoas. Nós havíamos nos deslocado para o Brasil, temos Uitotos no Brasil, outros foram para o Peru. Nós poucos que ficamos lá, meus bisavós, foram vítimas da escravidão, dos maus tratos, da fase da borracha (caucheria). Conheci minha bisavó com sua cara desfigurada porque a castigaram, mataram o filho que ela carregava, fizeram emboscada e bateram muito nela, tanto que seu rosto ficou destroçado. A mim todas as situações do meu povo me converteram em ser uma mulher forte e lutar contra tudo, assim que não tenho medo de nada. Eu creio que a única coisa da qual eu tenho medo é do Criador. Deste tamanho é a minha luta. Desde muito jovem venho lutando por territórios, pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos povos indígenas.

11) E como foi estudar Direito? A luta a levou a ser advogada?

F: Sim, eu estudei Direito para fazer justiça com meu povo, são pensamentos de quando se é uma garota. Recordo muito da história na minha vida, a nós diariamente as avós, as tias, nossas mães, nos narravam os fatos ocorridos durante a época da borracha, como eram massacradas, como eram violadas, como eram exterminadas, como eram assassinadas. Uma garota escutando isso, e eu me questionava porque ninguém fez nada, e eu quis estudar Direito para ir reclamar o direito do meu povo ao governo britânico porque a Inglaterra financiou a exploração de borracha na Amazônia. Há uma casa, que foi do empresário da borracha, e sua casa serviu de tudo, como calabouço, como depósito de borracha, e essa casa existe como um símbolo histórico. Eu lutei para que fosse reconhecida como um bem de interesse cultural de caráter nacional. Ou seja, tenho uma história de luta pra contar, então essa casa se reconstruiu e se declarou como bem cultural

Castro. *Entrevista com Fany Kuyru Castro, Presidenta da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) (+ breve info COICA)*

de caráter nacional pelo símbolo, pela história, como uma lembrança do que não deve voltar a ocorrer na Amazônia. Então eu venho desse povo, sobrevivente.

A: Nesse sentido, esse é um momento melhor para a luta indígena pois muitos indígenas estão estudando Direito para defender seus povos. Algumas lideranças indígenas importantes estão travando esse caminho de buscar justiça...

F: Sim, justiça pelo povo. Ainda há muitas coisas pendentes, muito caminho para percorrer para deixar em ordem. No dia a dia, é duro para que reconheçam direitos indígenas, sociais, econômicos e culturais. Esses direitos são reconhecidos às pessoas que vivem nas cidades, os urbanos, mas os direitos reconhecidos nos instrumentos internacionais não chegam à floresta. Os povos indígenas na floresta não sabem que têm direitos, nunca desfrutaram desses direitos reconhecidos. Esse é outro projeto que tenho encaminhado: como gozam os direitos os povos indígenas e as mulheres que vivem nas zonas apartadas amazônicas? Não vivenciam, então nós vamos trabalhar para que as mulheres desfrutem dos seus direitos. Como implementar isso? No território, e também ensinando às mulheres que elas têm direitos reconhecidos dos quais são beneficiárias, por exemplo os direitos econômicos, sociais e culturais [que são parte dos Direitos Humanos]. Por exemplo, o tema da saúde, como gozar desse direito no território? Vamos fortalecer a medicina tradicional para que possam desfrutar da medicina própria, mas também vamos ensinar como acessar os serviços ofertados pelo Estado, para que realmente haja um gozo efetivo desse direito. Então o programa de formação que estamos construindo se chama “palavreando”, falando e vivendo os direitos na comunidade. A ideia é como aterrizar os direitos sociais, econômicos e culturais no território. Dessa maneira estou pensando em organizar um programa de formação para mulheres. Está sendo um desafio grande porque o tempo é muito curto, estou envolvida em reorganizar a COICA. Essa é a minha paixão, trabalhar com as mulheres, organizar, quando vou ao território com elas, nos reunimos, recorremos o território, vamos cantando pelo caminho, celebramos, cozinhamos, é uma maravilha. A vida é muito mais linda assim do que [enfrentando] esses problemas em que estou agora. Estou esperando agora reestruturar a COICA e entregá-la, e eu me dedicarei a trabalhar nesse tipo de projeto, com as mulheres, até os últimos dias da minha vida. É bonito, elas respondem, em nossas mãos o dinheiro se converte em abundância.

A: É importante para elas esse apoio também...

F: Exato, eu aonde vou as mulheres quando me veem, me abraçam, me dizem que sou um exemplo, que bom. E essa coragem é precisamente porque eu venho de um povo que foi massacrado, quase exterminado, creio que a força dos meus ancestrais me ajuda a seguir lutando. Os direitos podem ser um enfeite em um papel se não se vive, eu sou das que digo que os direitos têm que ser vividos. Para defender os direitos das outras mulheres, primeiro tenho que defender os meus direitos, isso eu tenho claro. Se eu não tenho condições de defender o meu direito próprio, de me defender, como poderei defender as outras? Esse mundo não tem sido fácil, quanto mais para uma mulher indígena, da floresta. Não tem sido fácil pra mim, mas vou com tudo.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2023.